



QUALIS
A2



QUANDO ENSINAR TAMBÉM SIGNIFICA MEDIAR MUNDOS: BURNOUT E SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES INDÍGENAS NO BRASIL¹

WHEN TEACHING ALSO MEANS MEDIATING WORLDS: BURNOUT AND MENTAL HEALTH OF INDIGENOUS TEACHERS IN BRAZIL

Ana Ydelplynya Guimarães AMARO²

Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)

E-mail: anaamaro2005@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0006-7565-3999>

Severina Alves de ALMEIDA Sissi³

Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)

E-mail: sissi@faculdefacit.edu.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5903-6727>

48

RESUMO

A docência indígena no Brasil desenvolve-se em contextos educacionais marcados pela articulação entre conhecimentos escolares, saberes tradicionais, territorialidades, línguas, identidades e demandas comunitárias. Essa configuração atribui ao professor indígena responsabilidades que podem ultrapassar o ensino formal e envolver mediação intercultural, produção de materiais específicos, fortalecimento linguístico, participação comunitária, gestão escolar e interlocução com instituições do Estado. De igual modo, a literatura sobre saúde do trabalhador evidencia que a profissão docente está exposta a demandas psicossociais relacionadas à sobrecarga, pressão temporal, precariedade das condições de trabalho, conflitos de papéis e insuficiência de recursos institucionais. Nesse sentido apresentamos este artigo, cujo objetivo é analisar teoricamente a Síndrome de Burnout e a saúde mental de professores indígenas no Brasil, articulando a literatura clássica do Burnout ao estado do conhecimento sobre trabalho docente, educação escolar indígena e interculturalidade. Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica, exploratória e teórico-interpretativa, fundamentada em publicações clássicas e contemporâneas, além de documentos normativos e estudos

¹ Como citar: AMARO, A. Y. G.; ALMEIDA, S. A. Quando Ensinar Também Significa Mediar Mundos: Burnout e Saúde Mental de Professores Indígenas no Brasil. **JNT Facit Business and Technology Journal**. ISSN: 2526-4281 - ANO 2026 - MÊS DE SETEMBRO. Ed. 77. Vol. 2 - Págs. 48-71. Disponível: <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. Acesso em: __/__/__.

² Professora do Curso de Bacharelado em Medicina e Tecnológico em Radiologia da Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT; Mestre em Saúde Pública; Graduação em Enfermagem. Especialização em Língua Portuguesa; Qualidade em Saúde e Segurança do Paciente (FIOCRUZ) em Enfermagem do Trabalho e em Pedagogia Hospitalar. Atuou como Coordenadora da Especialização em Urgência e Emergência em Enfermagem pela Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT.

³ 3 Professora Titular da Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT; Pós-doutora em Linguística e Literatura; Doutora Linguística; Mestre em Letras; Pedagogia.

produzidos entre 1974 e 2026, com ênfase na literatura publicada entre 2000 e 2026. A análise indica que a produção científica especificamente dedicada ao Burnout em professores indígenas brasileiros permanece incipiente, impossibilitando a determinação de uma prevalência nacional. Entretanto, a literatura permite identificar convergências entre fatores reconhecidos como demandas ocupacionais, por exemplo, sobrecarga, conflito e ambiguidade de papéis, insuficiência de recursos, insegurança laboral e exigências emocionais e, também, características relatadas em estudos sobre a docência indígena. Propõem-se, como categorias interpretativas, a sobrecarga intercultural de papéis, a tensão institucional intercultural e os recursos socioculturais de proteção. Conclui-se que o Burnout em professores indígenas deve ser investigado mediante abordagens interculturais, participativas e territorialmente situadas, evitando tanto a universalização acrítica de instrumentos desenvolvidos em outros contextos quanto a patologização das responsabilidades culturais e comunitárias desses profissionais.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout. Saúde mental. Professores indígenas. Educação escolar indígena. Interculturalidade.

ABSTRACT

Indigenous teaching in Brazil develops within educational contexts marked by the articulation between school knowledge, traditional knowledge, territorialities, languages, identities, and community demands. This configuration assigns to the indigenous teacher responsibilities that can go beyond formal teaching and involve intercultural mediation, production of specific materials, linguistic strengthening, community participation, school management, and dialogue with state institutions. Similarly, the literature on occupational health shows that the teaching profession is exposed to psychosocial demands related to overload, time pressure, precarious working conditions, role conflicts, and insufficient institutional resources. In this sense, we present this article, whose objective is to theoretically analyze Burnout Syndrome and the mental health of indigenous teachers in Brazil, articulating the classic literature on Burnout with the state of knowledge on teaching work, indigenous school education, and interculturality. This is a qualitative, bibliographical, exploratory, and theoretical-interpretative research, based on classic and contemporary publications, as well as normative documents and studies produced between 1974 and 2026, with an emphasis on literature published between 2000 and 2026. The analysis indicates that scientific production specifically dedicated to burnout in Brazilian indigenous

teachers remains incipient, making it impossible to determine a national prevalence. However, the literature allows us to identify convergences between factors recognized as occupational demands, for example, overload, conflict and ambiguity of roles, insufficient resources, job insecurity, and emotional demands, and also characteristics reported in studies on indigenous teaching. The following are proposed as interpretative categories: intercultural role overload, intercultural institutional tension, and sociocultural protective resources. It is concluded that burnout in Indigenous teachers should be investigated using intercultural, participatory, and territorially situated approaches, avoiding both the uncritical universalization of instruments developed in other contexts and the pathologization of the cultural and community responsibilities of these professionals.

Keywords: Burnout syndrome. Mental health. Indigenous teachers. Indigenous school education. Interculturality.

INTRODUÇÃO

A docência constitui uma atividade profissional marcada por intensa interação humana, responsabilidade social, exigências cognitivas e envolvimento emocional. A literatura disponível tem demonstrado que fatores relacionados à carga de trabalho, pressão temporal, relações interpessoais, autonomia, recursos institucionais e reconhecimento profissional podem interferir no bem-estar e na saúde dos professores. Revisões contemporâneas confirmam que carga de trabalho, dificuldades relacionadas aos estudantes e pressão de tempo figuram entre as demandas mais frequentemente associadas ao estresse e ao Burnout docente, enquanto apoio social, colaboração, boas relações profissionais e suporte da gestão aparecem como recursos protetivos (Moens *et al.*, 2026).

O Burnout começou a receber formulação científica sistemática com Freudenberg (1974), que descreveu manifestações físicas e comportamentais de desgaste entre trabalhadores de serviços assistenciais. Posteriormente, Maslach, Schaufeli e Leiter (2001) consolidaram sua compreensão como resposta prolongada a estressores crônicos relacionados ao trabalho, caracterizada por exaustão, cinismo ou distanciamento e redução da eficácia profissional.

Na Classificação Internacional de Doenças CID-11, a Organização Mundial da Saúde considera o Burnout um fenômeno ocupacional decorrente de estresse crônico no trabalho que não foi adequadamente administrado, não o classificando, em si mesmo, como doença médica. A OMS delimita o fenômeno ao contexto ocupacional,

aspecto essencial para evitar que dificuldades existenciais ou sofrimento de outras origens sejam indiscriminadamente classificados como Burnout (World Health Organization, 2019).

Quando esse debate é transferido para a realidade dos professores indígenas brasileiros, contudo, surgem problemas teóricos adicionais. A docência indígena não pode ser interpretada simplesmente como uma reprodução da docência desenvolvida em escolas urbanas ou não indígenas. A legislação educacional brasileira reconhece o caráter específico, diferenciado, intercultural e linguisticamente situado da educação escolar indígena. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas determinam, inclusive, que sua formação contemple participação nas diferentes dimensões da vida das comunidades, utilização das línguas indígenas, realização de pesquisas e fortalecimento das práticas culturais (Brasil, 2015).

Nesse sentido, ensinar pode significar também traduzir, mediar, pesquisar, negociar, preservar, revitalizar e construir pontes entre sistemas de conhecimento distintos. É nesse sentido que este artigo utiliza a metáfora “mediar mundos”. Ela não pressupõe que os conhecimentos indígenas e não indígenas constituam realidades absolutamente separadas, mas evidencia que o professor indígena frequentemente trabalha na zona de contato entre regimes de conhecimento, expectativas institucionais, práticas comunitárias, línguas e projetos sociopolíticos distintos.

A questão científica torna-se ainda mais relevante porque, enquanto existe considerável produção sobre Burnout entre professores brasileiros em geral, a investigação especificamente voltada à saúde mental e ao Burnout entre professores indígenas permanece reduzida. Revisão publicada em 2026 identificou exatamente essa lacuna, destacando que a literatura específica ainda é insuficiente para estabelecer conclusões epidemiológicas robustas sobre esse grupo profissional (Amaro; Almeida, 2026).

O presente estudo parte, portanto, da necessidade de aproximar dois campos que historicamente caminharam de maneira relativamente independente: de um lado, os estudos sobre Burnout, saúde ocupacional e trabalho docente; de outro, os estudos sobre educação escolar indígena, formação de professores indígenas, interculturalidade e territorialidade.

JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo situa-se em três dimensões articuladas: científica, social e educacional. No plano científico, observa-se evidente assimetria entre a quantidade de pesquisas sobre Burnout docente e aquelas especificamente destinadas

aos professores indígenas. Dalcin e Carlotto (2017), ao analisarem pesquisas brasileiras sobre Burnout em professores, já apontavam limitações metodológicas e a necessidade de ampliação da agenda de investigação. Revisões posteriores confirmam a heterogeneidade dos instrumentos e dos resultados encontrados entre docentes brasileiros (Montoya *et al.*, 2021).

No campo da educação indígena, por conseguinte, a literatura enfatiza historicamente formação, interculturalidade, língua, território, currículo, autonomia e políticas públicas, enquanto a saúde ocupacional dos docentes aparece com menor centralidade. Grupioni (2006) demonstra que a formação de professores indígenas precisa responder às especificidades culturais, políticas, linguísticas e pedagógicas dos diferentes povos. A própria institucionalização das licenciaturas interculturais resulta do reconhecimento de que a formação convencional não é suficiente para responder a essas especificidades.

A pertinência social se sustenta na premissa de que investigar a saúde mental desses profissionais significa reconhecer que a garantia do direito à educação escolar indígena não se limita ao acesso à escola ou à existência formal de propostas pedagógicas diferenciadas, mas depende também das condições concretas em que os professores indígenas exercem seu trabalho. Segundo Maslach e Leiter (2016), o Burnout deve ser compreendido a partir da relação estabelecida entre o trabalhador e o contexto ocupacional, notadamente quando há demandas elevadas acompanhadas de recursos insuficientes, conflitos institucionais, sobrecarga e reduzidas possibilidades de apoio.

Sob essa perspectiva, recursos materiais, institucionais, pedagógicos e relacionais não constituem elementos periféricos da atividade docente, mas fatores diretamente relacionados à possibilidade de realização profissional e à preservação da saúde mental. Nesse sentido, não é coerente defender uma educação diferenciada, específica e intercultural sem investigar se aqueles responsáveis por concretizá-la dispõem de condições adequadas para responder simultaneamente às exigências escolares, comunitárias, culturais e institucionais que caracterizam sua atuação profissional (Maslach; Leiter, 2016).

Essa discussão assume relevância ainda maior quando se considera a especificidade da educação escolar indígena. Conforme Luciano-Baniwa (2019), a escola indígena intercultural encontra-se inserida em processos históricos, políticos e socioculturais próprios e deve estar vinculada aos projetos de autonomia, identidade e futuro de cada povo. Isso significa que o professor indígena não exerce apenas uma função pedagógica convencional, uma vez que sua atuação pode envolver a articulação

entre conhecimentos indígenas e não indígenas, línguas, valores comunitários, políticas educacionais e exigências administrativas provenientes dos sistemas oficiais de ensino. Essa posição de mediação amplia a complexidade do trabalho docente e torna necessário analisar as condições institucionais sob as quais essa função é desempenhada, evitando que responsabilidades culturalmente relevantes sejam transformadas, pela ausência de apoio adequado, em fatores adicionais de sobrecarga profissional (Luciano-Baniwa, 2019).

Finalmente, este estudo justifica-se, também, pela necessidade de evitar dois reducionismos analíticos⁴. O primeiro consiste em aplicar mecanicamente modelos universais de Burnout a populações culturalmente distintas, como se as experiências de trabalho e de sofrimento ocupacional pudessem ser interpretadas independentemente dos contextos socioculturais nos quais os sujeitos estão inseridos (Alves e Torres, 2025).

Nesse sentido, Maslach e Leiter (2016) apresentam dimensões consolidadas para a compreensão do Burnout, destacando que os próprios fundamentos do modelo ressaltam a importância das relações entre indivíduo, trabalho e ambiente organizacional. Dessa forma, consideramos que a utilização desses referenciais junto a professores indígenas requer contextualização teórica e metodológica, considerando características próprias dos territórios, das comunidades, das relações interculturais e das formas indígenas de compreender trabalho, coletividade, educação e bem-estar.

O segundo reducionismo constitui na romantização do papel comunitário do professor indígena, atribuindo-lhe uma condição exclusivamente positiva de liderança, mediador cultural ou guardião de conhecimentos, sem considerar os custos subjetivos e ocupacionais que podem acompanhar o desempenho simultâneo dessas responsabilidades. O reconhecimento da centralidade social do professor indígena não deve produzir a invisibilização de situações de sobrecarga, conflito de papéis, insuficiência de recursos ou sofrimento relacionado ao trabalho. Luciano-Baniwa (2019) evidencia a complexidade política, cultural e epistemológica da educação escolar indígena e a necessidade de compreendê-la a partir das realidades e dos projetos próprios dos povos indígenas. Tal perspectiva permite reconhecer que a

⁴ O reducionismo analítico é um método filosófico e científico utilizado para explicar sistemas complexos dividindo-os em suas partes fundamentais. Essa abordagem parte do pressuposto de que a melhor forma de compreender um todo (como o corpo humano, a mente ou a sociedade) é isolar e estudar seus componentes individuais mais simples (como células, neurônios ou indivíduos). O principal autor associado à crítica e superação do reducionismo analítico é o filósofo e cientista francês Edgar Morin. Morin contrapõe o reducionismo analítico (que fragmenta a realidade para explicá-la) por meio da sua Teoria da Complexidade (ou Paradigma da Complexidade). Ele argumenta que o pensamento tradicional cartesiano peca ao isolar as partes de um sistema, ignorando as interações e emergências que só acontecem no Todo (Alves e Torres, 2025).

valorização da docência indígena deve ser acompanhada da investigação das condições concretas em que ela se realiza.

De igual modo, uma abordagem cientificamente responsável precisa reconhecer, simultaneamente, vulnerabilidades e potencialidades. Investigar Burnout entre professores indígenas não significa caracterizar esses profissionais ou suas comunidades exclusivamente a partir do sofrimento, tampouco pressupor que a multiplicidade de funções desempenhadas necessariamente resulte em adoecimento. Conforme Bakker e Demerouti (2007), o impacto das exigências profissionais sobre o bem-estar não pode ser compreendido isoladamente, pois resulta da relação dinâmica entre as demandas do trabalho e os recursos disponíveis para enfrentá-las.

No modelo Job Demands-Resources (JD-R)⁵, demandas intensas e persistentes podem favorecer processos de exaustão, sobretudo quando não são acompanhadas de recursos adequados, enquanto recursos como autonomia, suporte social, possibilidades de desenvolvimento e condições organizacionais favoráveis podem contribuir para o enfrentamento das exigências ocupacionais e para a manutenção do engajamento profissional. Desse modo, a existência de múltiplas responsabilidades na docência indígena não deve ser interpretada, por si só, como causa de Burnout; torna-se necessário investigar como essas responsabilidades se articulam às condições concretas de trabalho e aos recursos individuais, coletivos, institucionais e comunitários disponíveis (Bakker; Demerouti, 2007).

No contexto da educação escolar indígena, essa análise precisa ainda considerar as especificidades históricas, culturais e epistemológicas que atravessam a prática docente. Nazareno, Magalhães e Freitas (2019) defendem uma perspectiva de interculturalidade crítica que reconhece os povos indígenas como sujeitos produtores de conhecimentos, práticas educativas e formas próprias de interpretar o mundo, rejeitando modelos educacionais baseados na simples transposição de referenciais universais. Aplicada ao estudo da saúde mental docente, essa concepção implica compreender que pertencimento comunitário, identidade cultural, autonomia, relações coletivas e produção de sentidos podem constituir importantes recursos sociais e simbólicos, ao mesmo tempo em que conflitos institucionais, imposições

⁵ O modelo Job Demands-Resources (JD-R), em português Modelo de Demandas e Recursos do Trabalho, é uma teoria da Psicologia do Trabalho utilizada para explicar como as características do trabalho podem contribuir tanto para o esgotamento profissional quanto para o engajamento e bem-estar. O mesmo foi desenvolvido principalmente por Demerouti *et al.* (2001) e posteriormente ampliado por Bakker e Demerouti (2007), o modelo parte de uma ideia central: todo trabalho envolve, de um lado, demandas e, de outro, recursos.

curriculares, assimetrias interculturais ou insuficiência de condições de trabalho podem representar fontes adicionais de tensão.

Nesse sentido, estudar Burnout entre professores indígenas exige analisar em quais circunstâncias determinadas demandas profissionais, institucionais e interculturais podem superar os recursos disponíveis para enfrentá-las, sem ignorar as estratégias de resistência, apoio comunitário, pertencimento, autonomia e fortalecimento identitário presentes nos territórios e nas comunidades. A articulação entre o modelo de demandas e recursos do trabalho e uma perspectiva intercultural crítica permite, portanto, compreender o fenômeno de maneira contextualizada, evitando tanto a universalização acrítica dos modelos clássicos de Burnout quanto a romantização da docência indígena. Trata-se de reconhecer que vulnerabilidade e potência não são categorias excludentes, mas dimensões que podem coexistir na experiência profissional e cuja interação precisa ser investigada empiricamente.

PERGUNTA NORTEADORA

A pergunta que norteia a pesquisa é a seguinte: “Como a literatura clássica e contemporânea sobre Síndrome de Burnout e saúde mental pode contribuir para compreender as demandas, os recursos protetivos e os possíveis processos de esgotamento ocupacional vivenciados por professores indígenas no Brasil, considerando as especificidades interculturais, territoriais, linguísticas, comunitárias e institucionais de sua atividade docente?”

OBJETIVOS

O objetivo geral é analisar teoricamente a Síndrome de Burnout e a saúde mental de professores indígenas no Brasil, articulando a literatura clássica e contemporânea sobre Burnout e trabalho docente aos estudos sobre educação escolar indígena e interculturalidade.

Como objetivos específicos elencamos: a) sistematizar os principais referenciais clássicos e contemporâneos relacionados à Síndrome de Burnout; b) identificar fatores de risco e proteção à saúde mental descritos na literatura sobre trabalho docente; c) caracterizar especificidades profissionais, culturais, linguísticas e comunitárias relacionadas ao trabalho dos professores indígenas; d) analisar criticamente a aplicabilidade dos modelos tradicionais de Burnout aos contextos indígenas; e) identificar lacunas existentes na produção científica brasileira sobre Burnout e saúde mental de professores indígenas; f) propor categorias teóricas capazes de orientar

futuras pesquisas empíricas interculturais; g) discutir implicações para políticas de formação, valorização, saúde ocupacional e apoio aos professores indígenas.

HIPÓTESES E PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

Considerando que esta é uma investigação teórico-bibliográfica, as hipóteses apresentam caráter heurístico e deverão ser testadas em pesquisas empíricas posteriores.

H1: Demandas ocupacionais elevadas combinadas à insuficiência de recursos institucionais podem aumentar a vulnerabilidade dos professores indígenas ao esgotamento profissional.

H2: A acumulação de responsabilidades pedagógicas, administrativas, linguísticas, culturais, políticas e comunitárias pode produzir uma forma específica de sobrecarga, aqui denominada **sobrecarga intercultural de papéis**.

H3: Conflitos entre os princípios da educação escolar indígena e determinadas exigências burocrático-administrativas dos sistemas de ensino podem gerar **tensão institucional intercultural**, potencialmente associada ao estresse ocupacional.

H4: Pertencimento comunitário, fortalecimento identitário, autonomia pedagógica, uso e valorização das línguas indígenas, apoio coletivo e reconhecimento social podem atuar como **recursos socioculturais de proteção**, não devendo a cultura indígena ser tratada exclusivamente como fonte de demandas.

H5: Instrumentos padronizados para avaliação de Burnout necessitam de estudos de validade transcultural antes de serem utilizados para comparar povos indígenas ou estabelecer prevalências generalizáveis.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica, exploratória, descritiva e teórico-interpretativa. A opção pela investigação bibliográfica decorre do próprio estágio do conhecimento existente. Como a produção especificamente relacionada ao Burnout entre professores indígenas ainda é reduzida, optou-se por uma estratégia de aproximação interdisciplinar envolvendo Psicologia Organizacional e do Trabalho, Saúde do Trabalhador, Educação, Antropologia da Educação e estudos sobre interculturalidade.

O recorte histórico parte de 1974, ano da publicação do trabalho clássico de Freudenberg, chegando a setembro de 2026. Para a análise do estado contemporâneo do conhecimento, concedeu-se prioridade às publicações produzidas entre 2000 e 2026.

Foram utilizados como eixos de busca os termos e suas combinações: Burnout; teacher burnout; síndrome de Burnout; saúde mental docente; professores indígenas; indigenous teachers; educação escolar indígena; formação de professores indígenas; interculturalidade; trabalho docente; estresse ocupacional; job demands; job resources.

Foram privilegiados artigos científicos revisados por pares, revisões sistemáticas, livros e capítulos considerados referenciais, documentos da Organização Mundial da Saúde, documentos do Ministério da Educação e normas nacionais relacionadas à educação escolar indígena.

Quadro 1: Síntese dos procedimentos metodológicos.

ELEMENTO	DELIMITAÇÃO ADOTADA
Natureza	Pesquisa teórica e bibliográfica
Abordagem	Qualitativa
Finalidade	Exploratória, descritiva e interpretativa
Recorte histórico geral	1974–2026
Ênfase do estado contemporâneo	2000–2026
Campos articulados	Psicologia do Trabalho; Saúde do Trabalhador; Educação; Educação Escolar Indígena; Interculturalidade
Fontes prioritárias	Artigos científicos, revisões, livros, documentos oficiais e normas educacionais
Descritores	Burnout; saúde mental; professores indígenas; educação escolar indígena; interculturalidade; trabalho docente
Critérios de inclusão	Relação direta ou teoricamente relevante com Burnout, saúde docente, docência indígena e interculturalidade
Critérios de exclusão	Textos sem relação analítica com o problema; materiais sem identificação mínima de autoria/origem; duplicações
Estratégia de análise	Leitura temática, identificação de convergências, divergências, lacunas e construção de categorias interpretativas
Categorias principais	Demandas ocupacionais; recursos de trabalho; múltiplos papéis; mediação intercultural; proteção sociocultural
Limitação principal	Escassez de estudos epidemiológicos específicos com professores indígenas

Fonte: Elaboração das autoras (2026).

Com efeito, não se pretende caracterizar esta pesquisa como revisão sistemática com metanálise, pois a heterogeneidade temática e a reduzida produção diretamente relacionada aos professores indígenas inviabilizam esse enquadramento. Trata-se de revisão teórico-bibliográfica estruturada, destinada principalmente à construção de categorias interpretativas.

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se, com os resultados, demonstrar que a literatura disponível permite reconhecer um conjunto de fatores ocupacionais teoricamente relevantes para a saúde

mental dos professores indígenas, embora ainda não possibilite afirmar uma taxa nacional de prevalência ou incidência de Burnout nessa população. Também se espera evidenciar que os modelos clássicos de Burnout permanecem úteis, porém precisam ser empregados de modo culturalmente sensível.

Pretende-se, finalmente, consolidar três categorias analíticas para investigações futuras:

- 1) Sobrecarga intercultural de responsabilidades;
- 2) Tensão institucional intercultural;
- 3) Recursos socioculturais de proteção.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Síndrome de Burnout

O conceito de Burnout possui uma trajetória teórica que atravessa mais de cinco décadas. Freudenberger (1974), ao estudar profissionais profundamente envolvidos com atividades assistenciais, descreveu mudanças físicas, emocionais e comportamentais relacionadas ao desgaste decorrente do trabalho prolongado e intensamente exigente. Sua contribuição foi relevante por deslocar a atenção de uma perspectiva exclusivamente individual para a relação entre dedicação profissional e condições concretas de trabalho.

A consolidação conceitual ocorreu principalmente com Christina Maslach e colaboradores. Maslach, Schaufeli e Leiter (2001) concebem o Burnout como uma resposta prolongada a estressores emocionais e interpessoais crônicos relacionados ao trabalho. O modelo passou a enfatizar três dimensões: exaustão, cinismo ou distanciamento e sentimento de ineficácia profissional.

Essa formulação é particularmente pertinente ao trabalho docente porque ensinar pressupõe interação social constante, responsabilidade pelos processos de aprendizagem, gestão de conflitos e necessidade permanente de adaptação às demandas institucionais.

No Brasil, Carlotto (2002) destacou que o Burnout docente precisa ser analisado considerando mudanças sociais e organizacionais que ampliaram as demandas atribuídas aos professores. O fenômeno não deve ser reduzido a fragilidade psicológica individual, pois diferentes dimensões organizacionais podem produzir ou intensificar o desgaste ocupacional.

Carlotto e Palazzo (2006), em investigação epidemiológica com professores, encontraram associações entre determinadas dimensões do Burnout e variáveis

relacionadas ao trabalho, como carga horária, quantidade de estudantes atendidos, expectativas familiares e participação nas decisões institucionais.

Esses resultados convergem com o modelo de Demandas e Recursos do Trabalho desenvolvido por Demerouti *et al.* (2001). Segundo esse modelo, as características do trabalho podem ser interpretadas em dois grandes conjuntos: demandas e recursos. Demandas envolvem aspectos que requerem esforço físico, cognitivo ou emocional prolongado; recursos são elementos que facilitam o alcance de objetivos, diminuem custos associados às demandas ou estimulam crescimento profissional.

Aplicada à docência indígena, essa perspectiva permite formular uma pergunta essencial: quais demandas específicas são experimentadas por esses docentes e quais recursos culturais, comunitários, profissionais e institucionais estão disponíveis para enfrentá-las?

Saúde mental

Saúde mental não pode ser compreendida somente como ausência de transtornos. A Organização Mundial da Saúde associa-a à possibilidade de lidar com tensões da vida, desenvolver capacidades, aprender, trabalhar e participar da comunidade. No contexto laboral, trabalho e saúde mental estabelecem relações bidirecionais: condições adequadas podem favorecer proteção e pertencimento; ambientes adversos podem ampliar riscos psicossociais (World Health Organization, 2022).

Essa concepção é particularmente relevante porque impede a equiparação automática entre Burnout e transtorno mental. Burnout é um fenômeno ocupacional específico; ansiedade, depressão, sofrimento psíquico e outros estados apresentam categorias próprias, embora possam coexistir ou estabelecer relações complexas. No campo docente brasileiro, Diehl e Marin (2016) verificaram, em revisão sistemática, a relevância crescente dos estudos sobre adoecimento mental de professores e sua relação com o trabalho.

Estudos mais recentes continuam identificando sobrecarga de trabalho, remuneração insuficiente, condições inadequadas e violência escolar entre fatores psicossociais associados a prejuízos à saúde mental de professores da educação básica. Entretanto, tais resultados não podem ser automaticamente transferidos aos professores indígenas. As condições laborais variam entre redes, territórios e povos, exigindo investigações contextualizadas.

Professores indígenas

A expressão professor indígena não designa uma categoria culturalmente homogênea. O Brasil reúne povos com diferentes línguas, sistemas de conhecimento, territórios, histórias de contato e formas de organização sociopolítica. Consequentemente, qualquer análise científica deve evitar tratar “o professor indígena” como sujeito universal. Grupioni (2006) demonstra que a consolidação da educação escolar indígena brasileira foi acompanhada pela necessidade de programas específicos de formação docente. A formação de professores indígenas envolve questões que ultrapassam o domínio de técnicas didáticas, porque se relaciona à autonomia dos povos na definição de projetos educacionais próprios.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas reforçam essa especificidade. Entre outros aspectos, determinam preparação para atuação em diferentes dimensões da vida comunitária, utilização das línguas indígenas, realização de pesquisas relacionadas às práticas culturais e articulação de propostas pedagógicas culturalmente situadas (Brasil, 2015). Esse conjunto de responsabilidades permite compreender por que a atividade pode assumir uma amplitude maior que aquela normalmente associada ao ensino formal.

Contudo, seria equivocado considerar que participação comunitária ou compromisso cultural constituem, por definição, fatores de adoecimento. Para muitos professores, essas mesmas dimensões podem representar fontes de sentido, reconhecimento, pertencimento e realização profissional. A questão central não é, portanto, se o professor participa da vida comunitária, mas em que condições essa participação acontece e como se combina com as demais demandas profissionais.

Educação escolar indígena

A educação escolar indígena brasileira encontra fundamento em um paradigma de reconhecimento da diferença. A Resolução CNE/CEB nº 5/2012 estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena e reconhece o direito dos povos indígenas a uma educação escolar diferenciada.

A mudança é conceitualmente importante. Historicamente, a escola participou de processos de assimilação cultural. O paradigma contemporâneo, ao menos do ponto de vista normativo, busca reconhecer a autonomia, as línguas, os conhecimentos, as pedagogias e os projetos societários indígenas. Isso altera significativamente o conceito de trabalho docente.

O professor deixa de ser compreendido apenas como executor de um currículo elaborado externamente e passa potencialmente a participar de processos de construção curricular, produção de materiais, pesquisa cultural, fortalecimento linguístico e articulação comunitária. Ademais, o Ministério da Educação reconhece como dimensões da política educacional indígena a formação específica de professores, as licenciaturas interculturais, a produção de materiais em línguas indígenas e o fortalecimento da participação social.

Esses avanços normativos, entretanto, não significam que todas as escolas indígenas disponham das mesmas condições de implementação. É precisamente entre o direito reconhecido e sua realização cotidiana que podem surgir tensões relevantes ao estudo da saúde ocupacional.

Interculturalidade

A interculturalidade constitui o eixo que conecta os demais conceitos deste artigo. Candau (2012) argumenta que reconhecer diferenças culturais significa ultrapassar tanto a homogeneização quanto uma compreensão superficial da diversidade. Uma perspectiva intercultural busca construir relações nas quais diferenças sejam reconhecidas e processos de desigualdade e subalternização possam ser problematizados.

Em trabalho posterior, Candau (2020) aproxima interculturalidade crítica e perspectiva decolonial, enfatizando a necessidade de questionar hierarquias entre conhecimentos e formas de produzir saber. Quando aplicado à docência indígena, esse referencial permite compreender o professor não apenas como transmissor de conteúdos, mas como profissional que pode atuar em interfaces entre distintos sistemas epistemológicos.

Pesquisas contemporâneas sobre docência indígena continuam destacando a mediação intercultural como característica central da atuação desses professores, associada simultaneamente a potencialidades e desafios institucionais. Dessa constatação emerge a ideia de mediação de mundos adotada neste trabalho.

Mediar, nesse sentido, não significa posicionar a cultura indígena de um lado e o conhecimento científico de outro como universos impermeáveis. Significa atuar em espaços nos quais diferentes formas de produzir, transmitir, legitimar e utilizar conhecimentos se encontram, dialogam e, eventualmente, entram em tensão.

Quadro 2: Matriz da fundamentação teórica

EIXO	REFERENCIAIS	CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO
Burnout clássico	Freudenberger (1974)	Origem do conceito e descrição do desgaste ocupacional
Modelo multidimensional	Maslach; Schaufeli; Leiter (2001)	Exaustão, cinismo/distanciamento e ineficácia
Demandas e recursos	Demerouti <i>et al.</i> (2001)	Relação entre demandas ocupacionais, recursos e esgotamento
Burnout docente brasileiro	Carlotto (2002); Carlotto; Palazzo (2006); Dalcin; Carlotto (2017)	Contextualização do Burnout na profissão docente
Saúde mental no trabalho	WHO (2022)	Relação entre organização do trabalho, prevenção e bem-estar
Formação indígena	Grupioni (2006)	Especificidades políticas, culturais e pedagógicas da formação docente
Educação escolar indígena	Brasil (2012; 2015)	Fundamentação normativa da educação diferenciada e formação específica
Interculturalidade	Candau (2012; 2020)	Reconhecimento da diferença e crítica às hierarquias culturais
Estado da arte específico	Amaro; Almeida (2026)	Identificação da escassez de estudos sobre Burnout em professores indígenas
Docência indígena contemporânea	Dávila; Paiva (2026)	Docência enquanto mediação intercultural

Fonte: Elaboração dos autores (2026).

RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise comparativa da literatura permite identificar quatro resultados principais.

Primeiro resultado: existe evidência consolidada de Burnout docente, mas não de uma prevalência nacional específica entre professores indígenas

A literatura brasileira demonstra que Burnout é fenômeno relevante entre professores, embora as estimativas variem conforme amostras, dimensões avaliadas e instrumentos utilizados. Carlotto (2011), em estudo com 882 professores, encontrou 5,6% de altos níveis de exaustão emocional, 0,7% de despersonalização e 28,9% de baixa realização profissional. Esses dados dizem respeito à população pesquisada e não podem ser generalizados para professores indígenas.

Uma revisão sistemática posterior mostrou grande amplitude entre resultados de pesquisas com professores brasileiros da rede pública, com percentuais distintos nas diferentes dimensões do Burnout, reforçando a dificuldade de falar em uma única prevalência mesmo para a categoria docente em geral (Montoya *et al.*, 2021).

No caso indígena, a revisão de Amaro e Almeida (2026) identificou produção diretamente voltada à temática ainda incipiente. Consequentemente, a literatura atualmente disponível não sustenta uma afirmação como “a incidência de Burnout entre professores indígenas brasileiros é X%”.

Essa lacuna constitui, *per se*, aspecto muito relevante.

Segundo resultado: demandas reconhecidas pela teoria do Burnout encontram correspondência possível em aspectos descritos na literatura sobre docência indígena

A teoria das Demandas e Recursos do Trabalho estabelece que demandas prolongadas, quando não acompanhadas por recursos adequados, podem relacionar-se ao esgotamento (Demerouti *et al.*, 2001). Revisão internacional recente com 366 estudos sobre bem-estar docente identificou carga de trabalho, dificuldades relacionadas aos estudantes e pressão temporal entre demandas recorrentes, enquanto apoio entre colegas, relações profissionais e suporte das lideranças apareceram entre recursos relevantes (Moens *et al.*, 2026).

Na docência indígena, algumas responsabilidades reconhecidas institucionalmente incluem ensino, pesquisa, fortalecimento linguístico, participação comunitária e articulação de conhecimentos.

Isoladamente, essas responsabilidades não configuram Burnout.

Entretanto, quando combinadas com escassez de tempo, infraestrutura inadequada, falta de materiais específicos, insegurança contratual ou reduzida autonomia, podem produzir um desequilíbrio entre demandas e recursos.

Propõe-se chamar esse processo de sobrecarga intercultural de papéis.

A categoria deve ser compreendida como hipótese analítica, não como diagnóstico. Ela descreve situações nas quais diferentes responsabilidades profissionais e socioculturais se acumulam sem correspondência suficiente em condições de trabalho, tempo, apoio e reconhecimento.

Terceiro resultado: pode existir tensão entre a educação escolar indígena normativamente prevista e formas burocráticas de organização dos sistemas escolares

As diretrizes brasileiras reconhecem especificidade cultural, linguística, territorial e comunitária da educação escolar indígena. Entretanto, sistemas de educação operam também por calendários, formulários, avaliações, indicadores, registros, horários e procedimentos administrativos padronizados. Quando esses

mecanismos ignoram características socioterritoriais específicas, pode emergir aquilo que este estudo denomina tensão institucional intercultural.

A tensão não decorre necessariamente da existência de normas administrativas. Toda política pública exige alguma forma de organização. O problema surge quando os procedimentos institucionais se tornam incompatíveis com a autonomia, a territorialidade, a língua ou os processos socioculturais que a própria legislação pretende proteger.

Nesse cenário, o professor pode tornar-se mediador também entre burocracias educacionais e demandas comunitárias.

Quarto resultado: cultura, território e comunidade também podem constituir recursos de proteção

Um artigo sobre saúde mental indígena precisa evitar uma perspectiva exclusivamente deficitária.

Se determinadas responsabilidades podem aumentar demandas, relações comunitárias, identidade profissional, autonomia, pertencimento, reciprocidade e sentido cultural do trabalho também podem funcionar como recursos.

O modelo “Demandas–Recursos” oferece uma base produtiva para essa interpretação porque não considera apenas fatores geradores de desgaste; reconhece a importância de recursos que favorecem engajamento, enfrentamento e realização profissional.

Revisões contemporâneas sobre professores confirmam que apoio social, relações profissionais e autonomia estão frequentemente associados ao bem-estar e à proteção diante do esgotamento.

No contexto indígena, entretanto, os recursos precisam ser definidos com participação das próprias comunidades.

Propõe-se, assim, a categoria recursos socioculturais de proteção, compreendendo elementos que possam produzir pertencimento, significado, cooperação, autonomia, reconhecimento e continuidade cultural.

Entre esses elementos, pesquisas futuras poderão investigar:

- Apoio comunitário;
- Relações entre professores e lideranças;
- Autonomia curricular;
- Fortalecimento da língua indígena;
- Reconhecimento profissional;
- Participação coletiva;

- Vínculo territorial;
- Sentido social atribuído à docência;
- Colaboração entre professores;
- Suporte institucional interculturalmente adequado.

Não se afirma, previamente, que todos funcionem de forma protetiva em todos os povos. Essa hipótese precisa ser investigada empiricamente.

Quadro 3: Síntese dos resultados, análise e discussão

EVIDÊNCIA/LACUNA	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÃO
Burnout é amplamente estudado em professores	A docência apresenta reconhecidas demandas psicossociais	Saúde docente deve integrar políticas educacionais
Estudos com professores indígenas são escassos	Não existe base para estimativa nacional robusta de prevalência	Necessidade de estudos epidemiológicos e qualitativos específicos
Docentes indígenas podem acumular funções pedagógicas e socioculturais	Possibilidade de sobrecarga intercultural de papéis	Investigar combinação entre demandas, tempo e recursos
Educação indígena possui especificidades normativamente reconhecidas	Padronização excessiva pode gerar tensão institucional	Políticas de gestão devem respeitar territorialidade e interculturalidade
Apoio social e autonomia são recursos relevantes na literatura docente	Recursos comunitários e culturais podem ser protetivos	Pesquisas devem avaliar recursos e não apenas adoecimento
MBI e outros instrumentos foram desenvolvidos em contextos culturais específicos	Comparações transculturais exigem cautela	Necessidade de validação cultural e linguística
Burnout é fenômeno ocupacional	Não deve ser confundido automaticamente com depressão ou ansiedade	Estudos precisam distinguir construtos
Diversidade entre povos indígenas é ampla	Categoria “professores indígenas” não é homogênea	Evitar generalizações nacionais sem amostras adequadas

Fonte: Elaboração dos autores (2026).

MODELO TEÓRICO PARA COMPREENDER O BURNOUT NA DOCÊNCIA INDÍGENA

Com base na articulação dos referenciais analisados, propõe-se o seguinte modelo conceitual:

- 1) Demandas ocupacionais gerais:** carga de trabalho + pressão temporal + burocracia + recursos materiais insuficientes + insegurança profissional;
- 2) Demandas interculturais específicas:** mediação de conhecimentos + responsabilidades linguísticas + produção/adaptação curricular + interlocução comunitária/institucional;

- 3) **Sobrecarga intercultural de papéis:** quando responsabilidades excedem recursos disponíveis;
- 4) **Tensão institucional intercultural:** quando procedimentos institucionais entram em conflito com necessidades territoriais, linguísticas ou comunitárias;
- 5) **Estresse ocupacional persistente:** possibilidade de exaustão, distanciamento/cinismo e redução da eficácia percebida.

Burnout: O modelo, entretanto, não é linear.

Entre as demandas e seus possíveis efeitos encontram-se os recursos socioculturais e institucionais de proteção: autonomia + apoio comunitário + reconhecimento + pertencimento + suporte profissional + relações colaborativas + valorização linguística + condições adequadas de trabalho.

Esses recursos podem alterar substancialmente a relação entre demanda e esgotamento. Essa formulação evita uma leitura determinista: possuir muitas responsabilidades não significa necessariamente desenvolver Burnout; o efeito depende de intensidade, duração, significado, autonomia, reconhecimento e recursos disponíveis.

LIMITES DOS MODELOS CLÁSSICOS EM CONTEXTOS INDÍGENAS

Os modelos clássicos continuam fundamentais, porém sua utilização exige cuidados. A categoria despersonalização, por exemplo, desenvolveu-se no contexto de estudos sobre trabalhadores de serviços humanos. Sua manifestação e interpretação podem apresentar particularidades quando relações profissionais se encontram entrelaçadas a parentesco, comunidade e pertencimento territorial.

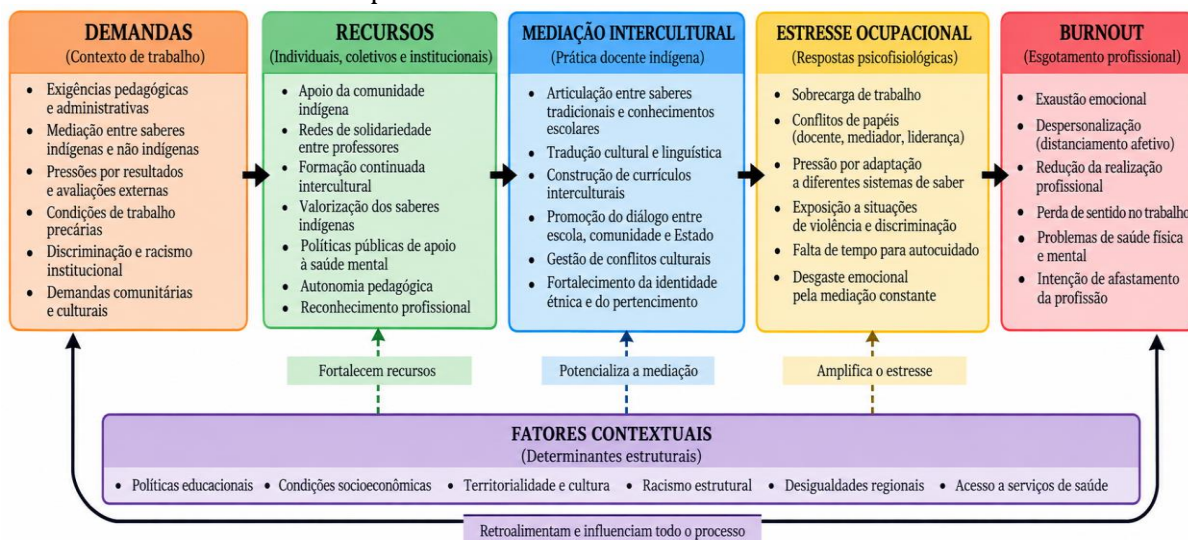
Da mesma forma, realização profissional não necessariamente apresenta igual significado em modelos individualizados de carreira e em contextos nos quais o trabalho docente esteja fortemente relacionado a objetivos coletivos. Isso não significa que o Maslach Burnout Inventory ou outros instrumentos sejam inadequados por definição.

Significa que sua utilização necessita de:

- 1) Validação transcultural;
- 2) Avaliação linguística;
- 3) Participação indígena no processo de adaptação;
- 4) Investigação qualitativa complementar;
- 5) Cautela na comparação entre povos;
- 6) Contextualização dos resultados.

Um escore psicométrico isolado dificilmente conseguirá explicar completamente a experiência de um professor inserido em redes culturais, territoriais e comunitárias específicas. Por isso, estudos futuros podem combinar instrumentos quantitativos com entrevistas, grupos de diálogo, observação, narrativas e metodologias participativas. A seguir apresentamos a figura 1 com um modelo conceitual relacionado à pesquisa com fatores contextuais.

Fig. 1: Modelo conceitual/fluxograma relacionando demandas → recursos → mediação intercultural → estresse ocupacional → Burnout.



Fonte: A figura “Modelo conceitual/fluxograma” foi criada a partir da literatura consultada com a ajuda da IA: ChatGPT: Chat, Work, Create & Code with AI. Disponível: <https://chatgpt.com/c/6ab93625-8c58-83e9-ad8b-fd2ce9a37a38>. Acesso em: 27-set-2026.

IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E PESQUISAS FUTURAS

Os resultados sugerem que políticas de prevenção do Burnout entre professores indígenas não deveriam limitar-se a intervenções individuais, como ensinar exclusivamente técnicas pessoais de enfrentamento.

A OMS recomenda que políticas de saúde mental no trabalho incluam intervenções organizacionais e ações sobre fatores presentes no ambiente profissional (World Health Organization, 2022).

Aplicada à educação escolar indígena, essa perspectiva sugere investigar:

- a) Carga de trabalho real;
- b) Estabilidade contratual;
- c) Deslocamentos relacionados à atividade profissional;
- d) Infraestrutura;
- e) Disponibilidade de materiais específicos;
- f) Autonomia pedagógica;
- g) Participação nas decisões escolares;

- h) Reconhecimento das atividades culturais e comunitárias;
- i) Formação continuada;
- j) Apoio psicossocial culturalmente apropriado.

Pesquisas futuras também devem evitar tratar povos indígenas apenas como participantes de estudos elaborados externamente. A construção dos problemas, instrumentos, conceitos e formas de devolução dos resultados deve considerar participação indígena efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a Síndrome de Burnout e a saúde mental de professores indígenas brasileiros mediante aproximação entre a literatura clássica sobre esgotamento ocupacional, estudos contemporâneos sobre saúde docente e produção referente à educação escolar indígena e interculturalidade.

A primeira conclusão é epistemologicamente importante: não existe atualmente base científica suficiente para determinar uma prevalência ou incidência nacional de Burnout entre professores indígenas brasileiros. A produção específica permanece incipiente, e resultados obtidos com professores não indígenas não podem ser automaticamente generalizados.

A segunda conclusão é que há fundamentos teóricos suficientes para justificar uma agenda específica de investigação. Sobrecarga de trabalho, conflito de papéis, pressão temporal, insuficiência de recursos, baixa autonomia e suporte institucional reduzido são reconhecidos na literatura como fatores associados ao Burnout docente. Algumas dessas dimensões podem adquirir configurações particulares nos contextos indígenas.

A terceira conclusão relaciona-se à complexidade do papel profissional. O professor indígena pode atuar simultaneamente como educador, pesquisador, produtor de material, agente de fortalecimento linguístico, interlocutor institucional e participante ativo da vida comunitária. Este artigo denominou sobrecarga intercultural de papéis a situação em que essa pluralidade de responsabilidades não encontra correspondência adequada em recursos, tempo e condições institucionais.

Propôs-se ainda a categoria tensão institucional intercultural, destinada a compreender situações nas quais modelos burocráticos de funcionamento escolar entram em descompasso com especificidades territoriais, linguísticas, epistemológicas ou comunitárias.

Todavia, seria inadequado interpretar a cultura, o território ou a participação comunitária apenas como fatores de risco. Pertencimento, autonomia, língua,

reconhecimento e relações comunitárias também podem constituir recursos de proteção e sentido. A categoria recursos socioculturais de proteção foi proposta justamente para deslocar a análise de uma visão exclusivamente patologizante.

Ensinar, nesse contexto, pode significar mediar mundos. Tal mediação pode ser intelectualmente fecunda, socialmente reconhecida e culturalmente significativa; mas pode também se tornar extenuante quando o professor é responsabilizado por solucionar, individualmente, contradições que pertencem às instituições e às políticas públicas.

Nesse sentido, o enfrentamento do Burnout não pode ser reduzido ao fortalecimento psicológico individual do professor. A responsabilidade precisa ser igualmente institucional.

Por fim, investigar a saúde mental dos professores indígenas implica perguntar não apenas quanto conseguem suportar, mas sobretudo quais condições lhes são oferecidas para ensinar, pesquisar, preservar, criar, participar e continuar exercendo sua profissão com saúde e dignidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paulo Vinícius.; TORRES, Patrícia Lipion. O Paradigma da Complexidade: contexto transdisciplinar para uma educação emancipadora. **Rev. Diálogo Educ.** 25(86) 2025 DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.25.086.ds01>. 28 set. 2026.

AMARO, A. Y. G.; ALMEIDA, S. A. Síndrome de Burnout e Saúde Mental de Professores Indígenas: Revisão Integrativa da Literatura de 2000-2026. **JNT Facit Business and Technology Journal**. Qualis A2. ISSN: 2526-4281, Mês de Junho de 2026 - Ed. 75. VOL. 01. Págs. 435-471. Disponível em: <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. Acesso em: 03-out-2026.

LUCIANO-BANIWA, G. J. S. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula; LACED/Museu Nacional, 2019. 296 p. Disponível em: Acervo do Instituto Socioambiental – Educação Escolar Indígena no século XXI. Acesso em: 28 set. 2026.

BAKKER, Arnold B.; DEMEROUTI, Evangelia. The Job Demands-Resources model: state of the art. **Journal of Managerial Psychology**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 309-328, 2007. DOI: 10.1108/02683940710733115.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2012. Disponível em: documento normativo. Acesso em: 27 set. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras

providências. Brasília, DF: CNE, 2015. Disponível em: documento do MEC. Acesso em: 27 set. 2026.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012. DOI 10.1590/S0101-73302012000100015. Disponível em: SciELO. Acesso em: 27 set. 2026.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 13, n. especial, p. 678-686, 2020. DOI 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.54949. Disponível em: artigo. Acesso em: 27 set. 2026.

CARLOTTO, Mary Sandra. A síndrome de Burnout e o trabalho docente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29, 2002. DOI 10.1590/S1413-73722002000100005. Disponível em: SciELO. Acesso em: 27 set. 2026.

CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnout em professores: prevalência e fatores associados. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 403-410, 2011. DOI 10.1590/S0102-37722011000400003. Disponível em: SciELO. Acesso em: 27 set. 2026.

CARLOTTO, Mary Sandra; PALAZZO, Lílían dos Santos. Síndrome de Burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, 2006. DOI 10.1590/S0102-311X2006000500014. Disponível em: Cadernos de Saúde Pública. Acesso em: 27 set. 2026.

DALCIN, Larissa; CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnout em professores no Brasil: considerações para uma agenda de pesquisa. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 745-770, 2017. DOI 10.5752/P.1678-9563.2017v23n2p745-770. Disponível em: artigo. Acesso em: 27 set. 2026.

DÁVILA, Elvis Torres; PAIVA, Eliane Aparecida Faria de. A docência indígena como mediação intercultural: desafios e possibilidades na educação escolar Ticuna do Alto Solimões (Amazonas). **Revista Foco**, 2026. DOI 10.54751/revistafoco.v19n8-010. Disponível em: artigo. Acesso em: 27 set. 2026.

DEMEROUTI, Evangelia; BAKKER, Arnold B.; NACHREINER, Friedhelm; SCHAUFELI, Wilmar B. The job demands-resources model of burnout. **Journal of Applied Psychology**, v. 86, n. 3, p. 499-512, 2001. DOI 10.1037/0021-9010.86.3.499. Disponível em: APA/PubMed. Acesso em: 27 set. 2026.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 64-85, 2016. DOI 10.5433/2236-6407.2016v7n2p64. Disponível em: periódico. Acesso em: 27 set. 2026.

FREUDENBERGER, Herbert J. Staff Burn-Out. **Journal of Social Issues**, v. 30, n. 1, p. 159-165, 1974. DOI 10.1111/j.1540-4560.1974.tb00706.x. Disponível em: Wiley Online Library. Acesso em: 27 set. 2026.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília, DF: Ministério da Educação, SECAD; UNESCO, 2006.

230 p. ISBN 85-296-0041-X. Disponível em: publicação do MEC. Acesso em: 27 set. 2026.

MASLACH, Christina; LEITER, Michael P. Understanding the burnout experience: recent research and its implications for psychiatry. **World Psychiatry**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 103-111, 2016. DOI: 10.1002/wps.20311. Disponível em: Wiley Online Library – artigo completo. Acesso em: 28 set. 2026.

MASLACH, Christina; SCHAUFELI, Wilmar B.; LEITER, Michael P. Job Burnout. **Annual Review of Psychology**, v. 52, p. 397-422, 2001. DOI 10.1146/annurev.psych.52.1.397. Disponível em: Annual Reviews. Acesso em: 27 set. 2026.

MOENS, Maxime; VANBLAERE, Bénédicte; DEVOS, Geert; TUYTENS, Melissa. Teacher wellbeing in schools: a systematic review of job demands and job resources. **Frontiers in Education**, v. 11, 2026. DOI 10.3389/feduc.2026.1709029. Disponível em: Frontiers in Education. Acesso em: 27 set. 2026.

MONTOYA, Natalia P.; GLAZ, Lia C. O. B.; PEREIRA, Lucas A.; LOTURCO, Irineu. Prevalence of Burnout Syndrome for Public Schoolteachers in the Brazilian Context: a systematic review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 4, art. 1606, 2021. DOI 10.3390/ijerph18041606. Disponível em: artigo. Acesso em: 27 set. 2026.

NAZARENO, Elias; MAGALHÃES, Sônia Maria de; FREITAS, Marco Túlio Urzeda. Interculturalidade crítica, transdisciplinaridade e decolonialidade na formação de professores indígenas do povo Berè Biawa Mahadu/Javaé: análise de práticas pedagógicas contextualizadas em um curso de educação intercultural indígena. **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 8, n. 3, p. 490-508, 2019. DOI: 10.21664/2238-8869.2019v8i3.pp. 490-508. Acesso em: 28 set. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Burn-out an “occupational phenomenon”**: International Classification of Diseases. Geneva: WHO, 2019. Disponível: <https://www.who.int/news/item/28-05-2019-burn-out-an-occupational-phenomenon-international-classification-of-diseas>. Acesso em: 27 set. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO guidelines on mental health at work**. Geneva: World Health Organization, 2022. 134 p. ISBN 978-92-4-005305-2. Disponível: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240053052>. Acesso em: 27 set. 2026.